



Nota de Abertura

» A Comissão Europeia e a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança apresentaram um Plano de Ação para melhorar a mobilidade militar na União Europeia e para além das suas fronteiras.

Este plano, baseado no Roteiro sobre Mobilidade Militar, desenvolvido no âmbito da Agência Europeia de Defesa, identifica um conjunto de medidas operacionais para enfrentar os obstáculos que se colocam à mobilidade militar. São propostas ações concretas nos seguintes domínios: requisitos militares, infraestruturas de transporte e aspetos regulamentares e processuais.

A Comissão, o Serviço Europeu para a Ação Externa e a Agência Europeia de Defesa trabalharão em estreita coordenação com os Estados-Membros para garantir a implementação efetiva dessas ações, que serão leva-

das a cabo no pleno respeito da soberania dos Estados-Membros sobre o seu território nacional e sobre os processos decisórios nacionais. Assegurar-se-á também a coordenação com os esforços desenvolvidos no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente (CEP) e do projeto CEP específico sobre a mobilidade militar. A cooperação e a concertação com a NATO sobre questões de mobilidade militar serão prosseguidas no quadro da implementação da Declaração Conjunta, a fim de garantir a coerência e as sinergias.

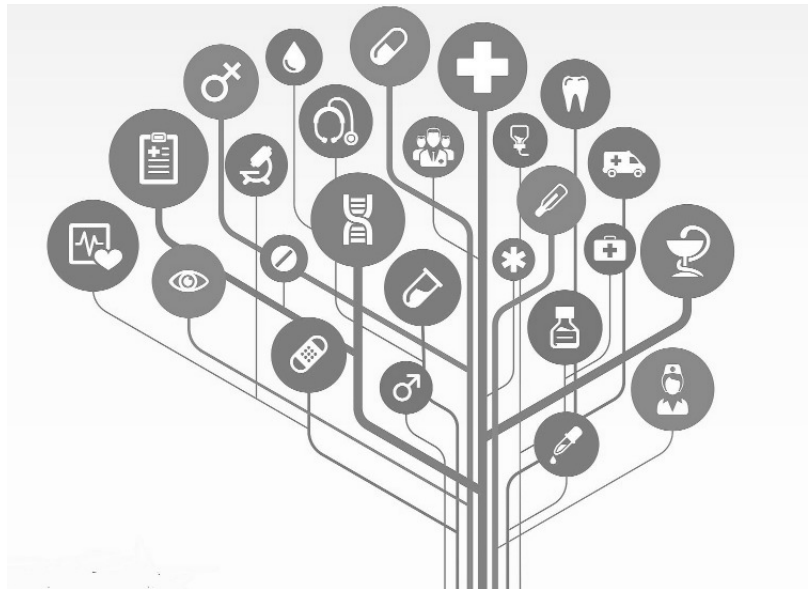
Depois da análise e aprovação pelos Estados-Membros, espera-se que as primeiras ações sejam levadas a cabo nos próximos meses. Está previsto um primeiro relatório intercalar para o verão de 2019.

Prof. Doutor Alfredo Borba
*Coordenador do Centro de Informação
Europe Direct dos Açores*

Cuidados de saúde universais para todos

Por ocasião do Dia Mundial da Saúde, que se assinala a 7 de abril, o Comissário da UE responsável pela Saúde e Segurança dos Alimentos, Vytenis Andriukaitis, destaca os progressos realizados para proteger a saúde dos cidadãos da UE e aumentar a esperança de vida global. Numa declaração, chama a atenção para que “não existem fronteiras em caso de crise sanitária”, realçando a criação do Corpo Médico Europeu que envia peritos médicos para fazer face a emergências de saúde, quer na Europa quer fora dela. Vytenis Andriukaitis recordou que “a UE é um doador líder mundial no domínio das iniciativas da saúde destinadas a promover a investigação e apoiar a luta contra as principais doenças em todo o mundo.”

As diferenças em termos de esperança de vida e a exposição a riscos de saúde no mundo e em toda a UE foi outro dos pontos abordados. Por



forma a inverter esta tendência, mencionou o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que visa garantir o acesso à proteção social dos trabalhadores por conta de outrem e por conta própria na UE, não só no que diz respeito a tratamento médico, mas também em cuidados preventivos.

Depois de destacar a importância das Redes Europeias de

Referência para a cooperação entre os sistemas de saúde, concluiu que, apesar de os Estados-Membros serem responsáveis pela definição da política de saúde, pela organização dos serviços e pelo orçamento, “a Comissão continuará a proporcionar orientação a fim de diminuir as disparidades no domínio da saúde entre os países da UE.”

Prémio Europeu de Inovação Social 2018

» Estão abertas até 27 de abril, até às 10:00 dos Açores, as candidaturas à edição de 2018 do Prémio Europeu de Inovação Social.

O tema deste ano é RE:PENSAR localmente. Esta iniciativa da Comissão Europeia, organizada desde 2012 em memória de Diogo Vasconcelos, tem como objetivo encontrar os projetos, produtos, serviços, modelos de negócio e colaborações mais inovadores que capacitem os

jovens europeus a participarem plenamente numa economia em mudança.

Podem participar indivíduos, grupos e organizações da UE e dos países participantes no programa Horizonte 2020. O prémio organiza-se em três fases e os três primeiros classificados recebem 50 000 EUR para desenvolverem as suas ideias.

Mais informações em: eusic.challenges.org.

Nove milhões participaram na iniciativa de cidadania europeia

» O segundo relatório sobre a aplicação do regulamento sobre a iniciativa de cidadania europeia revela que, desde a entrada em vigor deste novo instrumento em 2012, nove milhões de europeus dos 28 Estados-Membros já apoiaram uma iniciativa de cidadania europeia. Foram registadas quatro iniciativas bem sucedidas que recolheram até agora mais de um milhão de assinaturas. A Comissão comprometeu-se a dar seguimento a três delas, designadamente: à iniciativa «Parar a Vivissecção», com ações não legislativas; em res-posta à iniciativa «Direito à água», a Comissão propôs uma diretiva revista sobre água potável no passado mês de fevereiro; e na sequência da iniciativa

Iniciativa **de Cidadania Europeia**
Reforçar o papel dos cidadãos



«Proibição do glifosato e dos pesticidas tóxicos», a Comissão anunciou uma proposta legislativa destinada a aumentar a transparência nas avaliações científicas e na tomada de decisões.

Um novo regulamento, proposto pela Comissão em novembro do ano passado, pretende tornar

a iniciativa de cidadania europeia mais acessível, menos pesada e mais fácil de pôr em prática, tanto por parte dos organizadores como dos apoiantes. A Comissão apela à sua adoção até ao final de 2018, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, para que possa entrar em vigor em janeiro de 2020.